

O X da questão

Pobres pagam para estudar nas faculdades particulares e ricos estudam de graça nas universidades públicas. Desmanchar esse xis é um grande primeiro passo

Uma análise de microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE aponta que os jovens que povoam a base da pirâmide de renda brasileira já são maioria nas faculdades privadas do país – onde eles ocupam 52% das vagas. Para obter um diploma, 66% dos alunos pobres pagam mensalidades. Por outro lado, os alunos egressos de colégios privados e famílias de alta renda são maioria nos bancos das universidades públicas, sobretudo nas carreiras mais disputadas. Um levantamento recente produzido pelo Ministério da Educação (MEC) dimensionou com crueza essa distorção. Na medicina, os estudantes formados em escolas particulares respondem por 88% das matrículas nas universidades bancadas pelo estado. Na odontologia, eles são 80%. No geral, os alunos educados em colégios privados, uma elite que responde por minguados 15% das matrículas escolares, tornam-se classe dominante na universidade pública, com 58% das vagas. "Essa inversão é o principal obstáculo para a ampliação do número de universitários no Brasil", diz a educadora Maria Helena Guimarães de Castro. Apenas 20% dos jovens brasileiros freqüentam uma faculdade, porcentual modesto em comparação com outros países em desenvolvimento, como Chile (43%), Peru (32%) e Coréia do Sul (89%).

A turma do 3º ano do curso de medicina da Universidade de São Paulo reflete essa realidade. Os jovens trajando jaleco que aparecem na foto desta reportagem têm no currículo passagens por boas escolas particulares, pertencem a famílias que vivem com cerca de 15.000 reais por mês e seus pais possuem diploma de ensino superior. Chegam à universidade em carros próprios e nas férias gostam de viajar para a Europa. O estudante Guilherme Stocchero, 22 anos, faz um bom resumo da situação: "Todos os meus colegas eram os melhores da turma nas melhores escolas do país". Ele vai à raiz do problema: na nata do ensino superior público, os mais pobres não têm vez. Para realizar o sonho universitário, a parcela de 85% dos jovens que vêm da escola pública tem duas alternativas. A primeira é ingressar em carreiras de pouca procura ofertadas nas faculdades públicas – desprezadas pelos melhores estudantes por sua baixa remuneração, como pedagogia e ciências sociais. A segunda opção é arranjar dinheiro para bancar as mensalidades numa instituição particular, por meio de uma jornada dupla de trabalho e estudo.



**Turma da medicina da USP: renda familiar
média
de 15 000 reais**

Existe um consenso entre os especialistas em torno da causa número 1 para a distorção que leva quase exclusivamente os mais ricos às boas faculdades bancadas pelo estado. Ela é resultado de uma peneira que começa a atuar bem antes do vestibular, num sistema escolar que forma estudantes de duas classes: os mais razoáveis, egressos da escola particular, e aqueles que patinam num patamar entre o ruim e o péssimo, vindos da rede de ensino público. Segundo estudo conduzido pelo professor João Batista de Oliveira – que tomou como base a Prova Brasil, exame nacional aplicado às turmas de 4ª e 8ª séries do ensino fundamental –, os estudantes de escola pública apresentam um atraso de quatro anos nos conteúdos exigidos para a série em que estão matriculados. "Só um milagre os faria passar num vestibular concorrido", conclui Oliveira. Sem estímulo acadêmico e muitas vezes forçados a trabalhar para contribuir com o orçamento familiar, eles engrossam as estatísticas da evasão e da repetência. Cerca de 32% dos alunos são reprovados na 1ª série do ensino fundamental, o pior índice de 48 países monitorados pela OCDE (organização que reúne os países mais industrializados).

Das raras ilhas de excelência encravadas na rede pública é possível extrair algumas lições. Um bom exemplo vem do CIEP Guiomar Gonçalves Neves, em Trajano de Moraes, município a 250 quilômetros do Rio de Janeiro. Das 41.000 escolas avaliadas na Prova Brasil, foi a que recebeu a melhor nota em português e ficou com o segundo lugar em matemática. Não há nada de glamouroso nessa escola de interior. Os pais dos estudantes vivem com um salário mínimo por mês e não tiveram chance de completar os estudos. Suas paredes carecem de pintura e há vazamento nos banheiros. O que a faz sobressair é uma fórmula simples, baseada num tripé de comprovada eficiência acadêmica. Primeiro, ela oferece jornada de estudos esticada, de oito horas – o dobro da média nacional. No tempo extra, os estudantes recebem aulas de reforço e os professores corrigem lições. Outro fator que ajuda a desvendar o sucesso dessa escola de interior são seus

esforços para aumentar a participação dos pais na vida escolar. A direção promove festas e reuniões pedagógicas. Os professores estão visivelmente envolvidos com o projeto educacional. Quase todos decidiram cursar uma universidade.



Formandos na Coréia: os ricos pagam mensalidade nas universidades do governo

Na Coréia do Sul e nos Estados Unidos, países onde a educação dá certo, concedem-se salários mais altos aos professores que obtêm os melhores resultados em sala de aula segundo indicadores objetivos. Outra saída que conta com o respaldo da experiência internacional é a cobrança de mensalidade nas instituições públicas. O Chile, a Coréia do Sul e mais recentemente a China (ainda sob regime comunista, quem diria) conseguiram fazer avanços admiráveis em seus contingentes universitários depois de instaurar a cobrança de mensalidade. Nesses países, prevalece o bom senso. Os que têm mais dinheiro pagam mais pelo ensino público, o que permite que essas instituições distribuam bolsas e empréstimos aos mais pobres.

"O Brasil tem o pior sistema universitário público: é caro e socialmente injusto", diz o economista Claudio de Moura Castro. O custo de um universitário no Brasil está entre os mais altos do mundo – 10.400 dólares por ano –, atrás dos Estados Unidos e da Suíça. A diferença entre o investimento por aluno no ensino fundamental e no ensino superior é de onze vezes. Chama atenção a desproporção. Por tudo isso, considera-se um despautério o investimento que o governo Lula fez ao criar dez universidades federais e 48 novos campi no curso de seu mandato. Pode até render voto, mas é a reprodução de um modelo que já deu provas de inoperância. Segundo estudo feito pelo especialista Ryon Braga, abrir uma nova vaga na universidade pública custa ao governo cinco vezes mais do que subsidiar um universitário numa faculdade particular, como já ocorre (ainda timidamente) por meio do ProUni, o programa federal que dá bolsas a 120 000 estudantes carentes.

Promover uma equação financeira mais razoável no ensino superior público, portanto, pode ser um caminho para torná-lo mais acessível. Outra medida, também baseada no sucesso de alguns países, é expandir o ensino técnico de nível superior no Brasil. Os cursos técnicos, por sua duração mais curta (em média de dois anos) e pelo foco no mercado de trabalho, absorvem milhões de jovens europeus, americanos e coreanos que não têm condições financeiras ou apenas não querem encarar mais quatro anos numa sala de aula. No Brasil, apenas 150.000 estudantes estão matriculados nesses cursos. A falta de opções ao tradicional ensino superior produz mais uma estatística desvantajosa para o Brasil: enquanto a população dos países da OCDE atinge níveis de escolaridade de doze anos, os brasileiros patinam numa média de sete anos de estudo. Diz o sociólogo Simon Schwartzman: "A cultura do diploma universitário no Brasil fecha as portas para uma massa de gente que poderia prosseguir um pouco mais com os estudos, caso tivesse alternativas".

Como desfazer o “xis”

A experiência de outros países aponta caminhos de como o Brasil pode incluir mais jovens de baixa renda nas universidades

NA ESCOLA PÚBLICA

Ampliar a jornada de estudos

O que deu certo em outros países: período integral de oito horas

Como é no Brasil: as crianças ficam apenas quatro horas na escola

Premiar os melhores professores

O que deu certo em outros países: conceder salários mais altos aos professores que alcançam melhores resultados em sala de aula, segundo critérios objetivos

Como é no Brasil: há isonomia salarial

Incentivar a participação familiar

O que deu certo em outros países: atrair os pais à escola inclusive nos fins de semana e torná-los parte ativa na educação dos filhos

Como é no Brasil: há boas iniciativas, mas o volume delas ainda deixa a desejar

NO ENSINO SUPERIOR

Cobrar matrícula na universidade pública

O que deu certo em outros países: a implantação de um sistema segundo o qual os estudantes de renda mais alta pagam mais e os mais pobres recebem bolsas e empréstimos para estudar

Como é no Brasil: nenhum aluno paga pelos estudos

Ampliar o ensino técnico de nível superior

O que deu certo em outros países: a massificação do modelo, com cursos mais curtos e focados no mercado de trabalho – nos Estados Unidos, eles absorvem 47% dos estudantes

Como é no Brasil: o ensino técnico é praticamente inexistente – responde por apenas 4% das matrículas no ensino superior

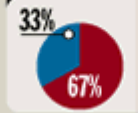
O retrato da injustiça

Levantamento do MEC mostra que a maioria das vagas nas carreiras mais disputadas da universidade pública fica com os estudantes vindos de escolas particulares

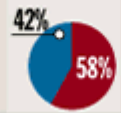
- Estudantes vindos da escola pública
- Estudantes vindos da escola particular

Universidade pública

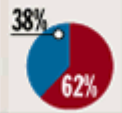
Comunicação social



Direito



Engenharia civil



Medicina



Odontologia



Veterinária



Para entender o "xis"

